



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos

Gizele Alves de Jesus

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ACESSIBILIDADE E DIFICULDADES PARA AS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Diamantina
2024

Gizele Alves de Jesus

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ACESSIBILIDADE E DIFICULDADES PARA AS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Assis do Carmo Pereira Junior

**Diamantina
2024**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

J58e Jesus, Gizele Alves de
2024 Educação inclusiva: acessibilidade e dificuldades para as
pessoas com deficiência [manuscrito] / Gizele Alves de Jesus. -
- Diamantina, 2024.
24 p.

Orientador: Prof. Assis do Carmo Pereira Júnior .

Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos)
-- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,
Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos,
Diamantina, 2024.

1. Educação. 2. Acessibilidade. 3. Dificuldades. 4.
Diversidade. 5. Inclusão. I. Pereira Júnior , Assis do Carmo.
II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-
2886
e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM

FOLHA DE APROVAÇÃO

JESUS ALVES, GIZELE

Educação inclusiva: acessibilidade e dificuldades para as pessoas com deficiência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de especialista.

Aprovado em: 21/10/2024

Comissão Julgadora

Prof. Dr. ASSIS DO CARMO PEREIRA JÚNIOR

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Documento assinado digitalmente
 ASSIS DO CARMO PEREIRA JÚNIOR
Data: 04/12/2024 11:02:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 ELEN CRISTIANE GANDRA
Data: 04/12/2024 11:47:34-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^a. Dr^a. ELEN CRISTIANE GANDRA

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof^a. Dr^a. TAYSA DE FÁTIMA GARCIA

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Documento assinado digitalmente
 TAYSA DE FATIMA GARCIA
Data: 05/12/2024 15:03:35-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Aos meus pais Lineu e Joelma, às minhas irmãs Gislene Gilvania, às
minhas sobrinhas Sofia e Olivia, à Jeniffer, à minha avó Maria *in*
memória, pelo apoio e boas energias passadas.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho de conclusão de curso, não poderia deixar de evidenciar a minha gratidão a todos aqueles que contribuíram de forma significativa para a concretização deste projeto.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Assis do Carmo Pereira Junior, cuja orientação e apoio foram essenciais ao longo de toda a trajetória. Os seus conselhos sempre foram significativos e me ajudaram a desenvolver uma visão crítica e aprofundada do tema em discussão.

Agradeço também aos meus colegas e amigos, que estiveram ao meu lado, proporcionando apoio emocional e intelectual nos momentos desafiadores.

Agradeço especialmente a minha família. Seu apoio incondicional, compreensão e incentivo têm sido a base que me permitiu seguir em frente, mesmo diante de algumas dificuldades.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram para minha formação e para a concretização deste TCC. Cada um de vocês contribuiu positivamente nessa trajetória.

Muito obrigada!

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir a educação inclusiva, examinando a acessibilidade e dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência no ambiente escolar. A educação básica no Brasil é reconhecida como uma área de progressão constante, refletindo a diversidade social, econômica e cultural. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, valorizando suas histórias, desafios, habilidades e interesses, incluindo a família, os professores e toda a comunidade. A discussão realizada nesse estudo pode ser utilizada para auxiliar todos os estudantes, independentemente das suas condições específicas. A escolha da temática é justificada por se tratar de um tema desafiador, considerando a diversidade e uma sociedade que valoriza a inclusão, e será abordado em três capítulos, sendo o primeiro sobre inclusão e os estudantes na escola, o segundo sobre as Políticas Públicas voltadas para a inclusão na educação e no terceiro sobre a formação dos professores para atuarem com inclusão na educação básica.

Palavras-chave: Educação. Acessibilidade. Dificuldades. Diversidade. Inclusão.

ABSTRACT

This study aims to discuss inclusive education, examining accessibility and difficulties encountered by people with disabilities in the school environment. Basic education in Brazil is recognized as an area of constant progression, reflecting social, economic and cultural diversity. Inclusive education welcomes all people, valuing their stories, challenges, skills and interests, including family, teachers and the entire community. The discussion carried out in this study can be used to help all students, regardless of their specific conditions. The choice of theme is justified because it is a challenging topic, considering diversity and a society that values inclusion, and will be covered in three chapters, the first being on inclusion and students at school, the second on Public Policies aimed at for inclusion in education and the third on the training of teachers to work with inclusion in basic education.

Keywords: Education. Accessibility. Difficulties. Diversity. Inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A INCLUSÃO E OS ESTUDANTES NA ESCOLA.....	13
CAPÍTULO 2: ESCOLA INCLUSIVA E POLITICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	15
2.1 UMA ESCOLA INCLUSIVA.....	15
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO.....	16
CAPÍTULO 3: FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAREM COM A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema principal a educação inclusiva na perspectiva de uma análise sobre a acessibilidade e dificuldades para as pessoas com deficiência dentro do contexto escolar.

Atualmente a educação básica no Brasil se identifica como um espaço de crescimento progressivo, passando por desafios e oportunidades que exprimem a diversidade social, econômica e cultural do país. A educação básica é constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e é vista como um direito de todos os cidadãos, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Dentre os desafios enfrentados pela educação básica no Brasil se destaca o acesso relacionado a qualidade do ensino entre diferentes regiões e grupos sociais. Dados do Censo Escolar de 2022 indicam que, embora tenha havido um crescimento significativo na inclusão de crianças e adolescentes nas escolas, ainda existem desigualdades consideráveis, especialmente nas áreas rurais e entre os grupos de populações com renda mais baixa. (INEP, 2022).

Os dados do relatório do censo 2022 também revelam uma realidade preocupante de evasão escolar que afeta muitos jovens no Brasil. Quase 70 milhões de brasileiros de 18 anos ou mais estão fora da escola ou não finalizaram a educação básica. Ainda segundo o Instituto Ayrton Senna, a falta de qualidade na alfabetização é um desafio crucial, impactando diretamente a capacidade das pessoas de participarem plenamente na sociedade. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2023).

Voltando o olhar para a educação especial no país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015). Para Mazzota (2001) as crianças com deficiência já há algum tempo têm sua imagem associada a deficiências, limitações e doenças, tornando essa afirmativa mais forte e mais sólida, embora a deficiência seja caracterizada apenas pelo seu aspecto biológico.

A educação inclusiva é uma educação que acolhe a todos, valorizando as suas histórias e dificuldades, talentos e desejos. Incluindo o professor e toda a comunidade escolar, as famílias e suas histórias. Tendo como seu principal objetivo ajudar todos os alunos, independentemente de suas condições particulares. (MENDES, 2024). O ideal é que todo educador tenha em mente a importância de propiciar ao seu aluno um ambiente que priorize e estimule o respeito à diversidade, ajudando a formar cidadãos mais educados e respeitosos que se preocupam com os outros, possuindo o espírito de coletividade. (CRISTINE, 2024)

A justificativa da escolha desse tema se dá por se tratar de um tema desafiador e também por que requer uma atenção especial sobre o desenvolvimento educacional dos estudantes na escola, levando em consideração a diversidade e a concepção de uma sociedade inclusiva. O intuito dessa temática será desenvolvido em três capítulos, sendo o primeiro destacando a inclusão e os estudantes na escola, o segundo sobre escola inclusiva e políticas públicas para a inclusão na educação e o terceiro sobre a formação dos professores para atuarem com a inclusão no ambiente escolar.

CAPÍTULO 1: A INCLUSÃO E OS ESTUDANTES NA ESCOLA

O conceito “inclusão”, na visão da maioria das pessoas, é a capacidade de compreensão, do reconhecimento do outro, é o privilégio de conviver, de repartir, de compartilhar com pessoas diferentes. Assim a Educação Inclusiva caracteriza por acolher todas as pessoas, sem distinção, por qualquer que seja o motivo do seu comprometimento, mental, visual, superdotados ou outros. (CARVALHO, PAULINO, PROCÓPIO, 2017)

Freire (2008) afirma que a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Para Amiralian (2005) o processo de inclusão, seja no sentido escolar ou noutro qualquer, é um movimento que não se refere exclusivamente às pessoas com deficiência, sendo um movimento social amplo, que tem ocorrido em diferentes lugares e em vários segmentos da sociedade.

Embora a inclusão costume ser vista como um “novo paradigma educacional”, se constitui num processo maior, que abarca muitos outros setores de atividade humana. É um processo social amplo que, em relação às pessoas com deficiência, é encontrado em outros movimentos; aqueles que se referem à questão das barreiras arquitetônicas, às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, às restritas oportunidades de lazer e esportes, enfim a todas as situações que implicam em uma real e verdadeira inclusão social. Assim, ao se falar de inclusão é importante estar atento aos diferentes níveis de abrangência social. Há o problema da inclusão na família, na escola, no trabalho, nos ambientes de lazer, enfim, em todos os ambientes que são compartilhados pelos seres humanos. (Amiralian, 2005)

Carvalho (2005) afirma que a proposta de educação inclusiva está, equivocadamente, relacionada apenas às pessoas em situação de deficiência.

A expressão pessoa em situação de deficiência apresenta a vantagem de relacionar as influências do meio com as capacidades que as pessoas podem desenvolver e manifestar. Servem como exemplo, duas pessoas com a mesma deficiência e que, segundo a situação e as condições em que vivem, vão encontrar maiores ou menores barreiras para suas necessidades de ir e vir, de aprender e de participar, em termos de precocidade, qualidade e intensidade das ajudas e apoios especializados que receberam. As situações contextuais que as envolvem sendo diferentes, igualmente diferentes serão os níveis de autonomia e de participação que poderão desenvolver, bem como a qualidade de seu ‘funcionamento’ pessoal, social e escolar. (CARVALHO, 2005)

Segundo Moreira (2022) a inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais nas classes regulares representa um avanço histórico em relação ao movimento de integração. A inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino, com o objetivo de fazer com que as escolas se tornem abertas às diferenças e competentes para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.

Para que a escola se torne inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras.

Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir a todos, aqueles com necessidades educacionais especiais, e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência (FIGUEIREDO, 2008).

Segundo Matiskei (2004) na escola, os princípios da gestão educacional são aplicados através das políticas e programas governamentais. Mesmo diante de limitações políticas neoliberais, a escola continua implementando um papel importante na inclusão social, possibilitando a formação do sujeito social e fortalecendo identidades locais.

Compete à educação e à escola, nesse sentido, ser um meio de contestação da ordem dominante, trabalhando para a superação de projetos político pedagógicos que conformem os sujeitos aos padrões de exclusão decorrentes do processo capitalista de produção. Criar espaços para que o modelo dominante seja problematizado, com vistas a sua superação, é o compromisso que cabe à escola, ainda que ela não detenha todas as armas para a transformação das relações vigentes. (MATISKEI, 2004)

CAPÍTULO 2: ESCOLA INCLUSIVA E POLITICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

2.1 UMA ESCOLA INCLUSIVA

Uma escola inclusiva é aquela que está empenhada em proporcionar oportunidades educativas iguais a todos os alunos, independentemente das diferenças individuais, capacidades ou condições específicas (Ferreira,2018). O conceito de inclusão não se limita a colocar todos os alunos na mesma turma; inclui a criação de um ambiente educacional no qual cada aluno se sinta valorizado, respeitado e capaz de participar plenamente.

Diante desse conceito, Guijarro (2005) destaca que:

A educação inclusiva implica uma visão diferente da educação comum, baseada na heterogeneidade e não na homogeneidade, considerando que cada aluno tem uma capacidade, interesse, motivações e experiência pessoal única, quer dizer, a diversidade está dentro do “normal”. Dada essa concepção, a ênfase está em desenvolver uma educação que valorize e respeite às diferenças, vendo-as como uma oportunidade para otimizar o desenvolvimento pessoal e social e para enriquecer os processos de aprendizagem (GUIJARRO, 2005)

Atualmente, a Política Brasileira de Educação Especial de 2008, na perspectiva da educação inclusiva, garante que os alunos com deficiência tenham acesso às escolas regulares, sendo essa uma política que reafirma a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) – A educação acontece em um espaço onde todos convivam e participem das aulas.

Segundo Mousinho (2010) diante da filosofia de inclusão como um movimento mundial, impulsionada sobretudo pela Convenção de Salamanca, as escolas de todo o mundo tiveram que se adaptar para incluir crianças que necessitam de apoio, contando com professores, cuja formação não havia se preocupado com esses aspectos.

No Brasil, fala-se de inclusão com mediador escolar de modo mais intenso em torno dos anos 2000, mas sem nenhum registro sistemático. Aqui surgiram para acompanhar as crianças que necessitavam de auxílio na sala de aula e este era orientado pelos profissionais que acompanhavam a criança nas terapias de apoio, aliando trocas com a escola. Aos poucos essa função foi se especializando e ampliando, sendo cada vez mais frequente sua presença em escolas públicas e particulares. Exatamente por esse fato, faz-se necessário pontuar a atuação da mediação escolar e realizar trabalhos científicos que valorizem essa função, para que assim possamos refletir sobre os reais

caminhos que nos levam à inclusão e melhor acolher as crianças que necessitam destas pequenas, médias e grandes adaptações. Cabe pontuar que, na maior parte das vezes, ao menos em escolas privadas, este profissional tem sido pago pelos pais da criança. Estagiários têm sido eventualmente utilizados na rede pública. (MOUSINHO, 2010)

A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica. Para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive. (Glat, Pletsch, De Souza Fontes, 2007)

A proposta da Educação Inclusiva se baseia justamente no pressuposto de que se a escola oferecer um currículo flexível e vinculado aos interesses individuais e sociais dos alunos.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

As políticas públicas de inclusão social estão inseridas nas lutas pelos direitos humanos na contemporaneidade, embora esse conceito já exista desde tempos antigos. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os países passaram a se organizar em torno de uma pauta em comum: a responsabilidade de manter a segurança e a paz mundial. A Carta das Nações Unidas marcou o início da política internacional de direitos humanos. (Crochick, Costa, Faria, 2020)

A educação inclusiva aspira fazer efetivos o direito à educação, a igualdade de oportunidades e de participação. O direito de todas as crianças à educação encontra-se consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e reiterado nas políticas educacionais dos países. (Guijarro, 2005).

A lei, Nº 12.796, de 4 de abril de 2013 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências (BRASIL, 2013) regulamenta no seu artigo 4, Incisos I e III e em seu artigo 58 que:

Art. 4º ... O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio; [...]

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 58º.... Sobre Educação Especial:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2013)

Segundo a regulamentação todas as crianças devem estar matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade, a legislação atual determina prazos para que as redes de ensino de adaptem e se organizem para receber os estudantes de quatro a dezessete anos. Além disso, a legislação destaca a importância de incluir e respeitar a diversidade étnico-racial no processo educativo, há também um reconhecimento da educação especial, o que garante que alunos com deficiência e altas habilidades sejam acolhidos na própria rede pública.

O desenvolvimento de uma educação inclusiva requer mudanças significativas em todos os níveis do sistema educativo, sendo elas na articulação dos diferentes agentes educativos, na gestão da sala de aula e do currículo e do próprio processo de ensino-aprendizagem e, por isso mesmo, pode também originar resistências e medos, que inibam a ocorrência dessas mudanças. (Freire, 2008)

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) existe o consenso crescente de que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ser incluídos nas estruturas educativas destinadas à maioria das crianças, o que conduziu ao conceito da escola inclusiva. Esse texto também traz um dos desafios enfrentados pela escola inclusiva, citado a seguir:

O desafio com que se confronta esta escola inclusiva é o de ser capaz de desenvolver uma pedagogia centrada nas crianças, susceptível de as educar a todas com sucesso, incluído as que apresentam graves incapacidades. O mérito destas escolas não consiste somente no facto de serem capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças; a sua existência constitui um passo crucial na ajuda da modificação das atitudes discriminatórias e na criação de sociedades acolhedoras e inclusivas. É imperativo que haja uma mudança na perspectiva social, pois, por tempo já demasiado longo, as pessoas com deficiência têm sido marcadas por uma sociedade incapacitante que acentua mais os seus limites do que as suas potencialidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

A política educativa, a todos os níveis, do local ao nacional, deverá estipular que uma criança com deficiência frequente a escola do seu bairro, ou seja, a que frequentaria se não tivesse uma deficiência. As exceções a esta norma deverão ser consideradas caso a caso, e apenas admitidas quando se conclua que só uma escola ou estabelecimento especial podem responder às necessidades de determinada criança. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA)

Segundo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), as escolas regulares em qualquer nível ou modalidade de ensino, devem seguir diretrizes para a inclusão de alunos com necessidades especiais, incluindo a organização em classes comuns, serviços de apoio pedagógico especializado e quando necessário, a organização de classes especiais para atendimento em caráter transitório.

É importante que existam professores capacitados e especializados para o atendimento às necessidades especiais dos alunos dentro do ambiente escolar. Diante dessa afirmação Coll, Marchesi, Palacios (2004) atentam sobre a formação do professor e suas habilidades:

A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas nas escolas. É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas os professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar a todos os alunos. (COLL, MARCHESI, PALACIOS, 2004:44)

CAPÍTULO 3: FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAREM COM A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Atuar nas escolas não é uma tarefa fácil para os professores, uma vez que é necessário estar preparado para as mais diversas situações que podem ocorrer no ambiente escolar com os seus alunos. Quando se trata de estudantes especiais, chega a ser por diversas vezes um desafio novo a cada dia a ser vencido, porém não em um sentido negativo, e sim como um degrau positivo em sua profissão.

Para Mousinho (2010) o professor da classe é o responsável por organizar as ações de todos os seus alunos, inclusive do que precisa, ao menos momentaneamente, de um mediador escolar. O mediador atua em parceria com a escola com objetivo de compartilhar conhecimento. Quanto mais os profissionais que assistem a criança estiverem preparados, maior será o desenvolvimento dela e, conseqüentemente, o êxito profissional daqueles que nela investem.

Segundo Carvalho, Paulino, Procópio (2017) é comum ouvir relato de professores que reclamam das dificuldades que enfrentam diante da inclusão escolar, com destaque para a pobreza, discriminação, acesso físico, a dimensão das turmas, alto nível de dependência de algumas crianças e o fato de a escola não oferecer atendimento adequado, de qualidade, como direito do educando.

Segundo De Sá (2006) para a educação, o sujeito com deficiência é um "aluno especial", cujas necessidades específicas demandam recursos, equipamentos e níveis de especialização definidos de acordo com a condição física, sensorial ou mental.

Diante dessa afirmação ele também complementa no texto a seguir que os professores de educação especial não se sentem preparados para trabalhar com a diversidade e complexidade dos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes, sendo a sua formação específica, o que limita suas possibilidades de atuação,

Os professores do ensino regular ressaltam, entre outros fatores, a dura realidade das condições de trabalho e os limites da formação profissional, o número elevado de alunos por turma, a rede física inadequada, o despreparo para ensinar "alunos especiais" ou diferentes. [...] A formação destes profissionais caracteriza-se pela qualificação ou habilitação específicas, obtidas por meio de cursos de pedagogia ou de outras alternativas de formação agenciadas por instituições especializadas. Nestes cursos, estágios ou capacitação profissional, esses especialistas aprenderam a lidar com métodos, técnicas, diagnósticos e outras questões centradas na especificidade de

uma determinada deficiência, o que delimita suas possibilidades de atuação. (DE SÁ, 2006)

De Sá (2008) também constata o receio, a insegurança e a resistência dos pais que preferem manter os filhos em instituições especializadas temerosos de que sejam discriminados e estigmatizados no ensino regular e também dos representantes de instituições e serviços especializados diante da ameaça iminente de esvaziamento destas estruturas:

[...] Muitos deles desistiram por terem ouvido tantas vezes que não havia vaga para o seu filho naquela escola ou que o melhor para ele é uma escola especial. Outros insistem por convicção ou simplesmente por se tratar da única opção no local de moradia da família, pois existem os que estão fora da escola pelas razões aqui apontadas. [...] Trata-se de um campo de tensões no qual se manifestam o espírito corporativista e a con(fusão) entre as estruturas e os sujeitos nelas inseridos, o que dificulta a reflexão e o aprofundamento do debate. Esta realidade caótica evidencia um confronto de tendências opostas entre os adeptos da educação inclusiva (em escolas comuns) e os defensores da educação especial (escolas especializadas em determinada deficiência).

Para Figueiredo (2008) a escola, para se tornar inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras.

A necessidade de desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir a todos com necessidades educacionais especiais, e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola, se faz necessário, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, mas em todos os corpos de aluno, que por serem únicos e com suas peculiaridades, precisam de estratégias direcionadas a cada uma de suas necessidades. (Figueiredo, 2008).

Numa escola inclusiva o trabalho do professor regular e a atuação do professor especializado se complementam de maneira colaborativa. Para isso, é necessário que a formação pedagógica deste último tenha uma dimensão de docência ampla, aliada a aprofundamentos específicos que permitiriam o atendimento e suporte especializado. (Glat, Pletsch, De Souza Fontes, 2007)

Segundo a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 na qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 2023) determina em seu artigo 59, inciso III que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...]

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns [...] (BRASIL, 2023)

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (PNEEPEI, 2008, pág. 11)

Assim sendo, é perceptível a importância de uma formação eficiente tanto dos professores quanto dos demais integrantes do corpo docente, os estudantes necessitam de um apoio especializado, garantindo assim um espaço de evolução e formação pessoal. É importante que exista uma parceria reforçada entre a família e a escola, para que o estudante se sinta em um ambiente seguro e favorável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social de pessoas com deficiência na sociedade moderna deve se basear no entendimento de sua representação social. Esse processo necessita do reconhecimento de suas singularidades, livre de preconceitos, e o acolhimento das reais dificuldades enfrentadas cotidianamente, principalmente em relação ao acesso à educação, trabalho, saúde, autonomia e equidade de oportunidades, comparado ao de qualquer outra pessoa ao longo da vida. (INSTITUTO PARADIGMA)

A educação inclusiva nas escolas garante o direito à educação para todos os estudantes, independentemente da sua situação, possibilitando a diversidade, a equidade e a criação de oportunidades de aprendizagem que respeitem as características de cada pessoa.

É importante que o espaço escolar seja um ambiente acolhedor, que valorize a diversidade, respeitando as diferenças individuais, possibilitando o aprendizado inclusivo. A inclusão escolar não se refere apenas sobre a garantia de acesso a espaços físicos, e sim sobre oferecer condições pedagógicas que permitam o envolvimento pleno de todos os estudantes, independentemente de suas deficiências.

Para que essa inclusão seja eficiente, é fundamental que os profissionais da educação estejam aptos para lidar com as necessidades específicas dos estudantes com algum tipo de deficiência, fazendo uso de metodologias de ensino diversificadas, recursos tecnológicos assistivos e adequações curriculares, caso necessário. Além disso, a conscientização da comunidade escolar (professores, funcionários e estudantes) com relação a importância da inclusão são essenciais para o desenvolvimento de um ambiente escolar receptivo e livre de preconceitos.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Os professores entendem que é preciso expulsar a exclusão de dentro das escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que se possa avançar, progredir, evoluir em seus empreendimentos. Sendo assim, a implantação de uma escola efetivamente inclusiva demanda um comprometimento constante com a equidade, o respeito e a valorização da diversidade.

REFERÊNCIAS

_____. Ministério da Educação. **A Escola**/Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP; org. Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: 2004d.

_____. Ministério da Educação. **Afirmação e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/pneepei.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 2 de outubro de 2024.

AMIRALIAN, M. L. T. M. Desmistificando a inclusão. **Revista Psicopedagogia**, v. 22, n. 67, p. 59-66, 2005.

BASE.DIGITAL; INSTITUTO AYRTON SENNA. **Educação brasileira: tudo o que você precisa saber**. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/educacao-brasileira-tudo-o-que-voce-precisa-saber/>>. Acesso em: 2 set, 2024

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 de outubro de 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 4 de setembro de 2024.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. (2023)**. Jusbrasil.com.br. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1879078200/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-de-1996-lei-9394-96#art-59.htm>>. Acesso em 21 de setembro de 2024.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 4 de setembro de 2024.

CARVALHO, Simone Célia de; PAULINO, Paulo Cesar; PROCÓPIO, Campus Cornélio. Inclusão: é o privilégio de conviver com as diferenças. **Cornélio Procópio-PR**, 2017.

COLL, César; MARCHESI Álvaro; PALACIOS Jesús & colaboradores. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Artmed, 2004

CRISTINE, Ellen. **Diversidade. Respeito à diversidade no ambiente escolar**. Disponível em: <<https://mundoeeducacao.uol.com.br/educacao/diversidade.htm>>. Acesso em: 2 set, 2024

CROCHICK, José Leon; COSTA, Valdelúcia Alves da; FARIA, Débora Felício. Contradições e limites das políticas públicas de educação inclusiva no Brasil. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, 2020.

DE SÁ, Elizabet Dias. Educação Inclusiva no Brasil, Sonho ou Realidade?. 2006.

DIAS, Mirian Batista Vieira Batista; GRANEMANN, Jucelia Linhares. Inclusão de alunos com deficiências na escola: trajetórias e evoluções no estado de Mato Grosso do Sul. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 7, n. 14, p. 360-376, 2020.

FERREIRA, Felipe. **Educação inclusiva: conheça os princípios e saiba como colocar em prática**. PROESC. 2018. Disponível em: <<https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>>. Acesso em: 2 set. 2024c.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A formação de professores para inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. **O desafio das diferenças nas escolas**, v. 1, p. 141-145, 2008.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista de Educação**, p. 5-20, 2008.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; DE SOUZA FONTES, Rejane. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação (Santa Maria. Online)**, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

GUIJARRO, María Rosa Blanco. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. **MEC. Ministério da Educação. Ensaio Pedagógico: Construindo Escolas Inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP, p. 7-14, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? porquê? como fazer?** 5. Ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar em revista**, p. 185-202, 2004.

MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

MENDES, Rafael Pereira da Silva. "Educação inclusiva"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-inclusiva.htm>. Acesso em 8 de setembro de 2024.

MOREIRA, Andrea dos Santos Mangolin et al. Educação especial e inclusão. **Projetos Integrados (PI)**, 2022.

MOUSINHO, Renata et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. 2010.

MOUSINHO, Renata et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. 2010.

Rocha, J. G. da, & Santos, A. (2018). **Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Revista Ciências Humanas, 11(1). Disponível em: <https://doi.org/10.32813/rchv11n12018artigo5.htm>. Acesso em 23 de setembro de 2024.

O Processo de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência - iParadigma. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/livros-e-publicacoes/o-processo-de-inclusao-social-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 04 out. 2024.

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva (2008). http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacionalde-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192

